

Sinal de Esperança

Brasil

Com a autoridade de quem conseguiu derrubar, em menos de três meses, as cotações do dólar e as piores expectativas inflacionárias, abrindo espaço para a queda das taxas de juros e a recuperação da economia, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga Neto, admite que o pior já passou, mas o país não pode relaxar na administração da crise.

Se a crise cambial brasileira foi precipitada pela perda de credibilidade internacional, a origem do problema é essencialmente interna, decorrente do crescente desequilíbrio dos orçamentos públicos. As contas externas já melhoraram, sobretudo porque o trauma da desvalorização cambial aprofundou a recessão e reduziu as importações.

A apresentação sucessiva de bons resultados no campo fiscal é fundamental para o governo restabelecer a confiança dos investidores internacionais no Brasil e melhorar seus índices de credibilidade junto à opinião pública. O equilíbrio fiscal é a base para a volta do crescimento da economia, sob a liderança do setor privado.

Os números da área fiscal apresentam ganhos acima das metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional. Entretanto, o ajuste baseou-se mais no aumento da carga tributária que no corte de gastos. O país clama pelo crescimento. Porque é o único tipo de política eco-

nômica aceitável e porque é a recompensa natural associada à idéia de austeridade nos gastos públicos.

Quando o governo é austero e parcimonioso em seus gastos, o Estado não precisa avançar tanto no bolso do cidadão nem sobre a poupança financeira nacional, mediante a captação de dívidas com taxas de juros atraentes. O efeito dos juros mais altos é a retração do consumo, que se reflete na produção e no emprego. Quando a atividade econômica perde velocidade, a própria arrecadação fiscal entra em declínio e ameaça o equilíbrio orçamentário.

As sociedades repelem a recessão e só aceitam o aperto tributário com a contenção do consumo para a correção de desequilíbrios externos – como os da balança comercial nos últimos quatro anos – com o sacrifício de curta duração e acompanhado de soluções duradouras.

A desvalorização cambial representou enorme sacrifício para todos. O setor privado pagou o preço mais alto do desajuste do Estado. O crescimento em segurança impõe que o setor público faça a sua parte. Isso significa aprofundar as reformas em exame no Congresso – como a Lei de Responsabilidade Fiscal, para impor aos governantes a austeridade e o equilíbrio nos orçamentos – e, sobretudo, o corte de gastos no campo da administração de pessoal.